

PROJETO DE INDICATIVO DE LEI Nº 35 2025
(Do Senhor Francisco Limma)

Autoriza o Poder Executivo Estadual proceder a Doação de Imóvel da antiga Delegacia de Polícia Civil para a sede própria da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), situada no município de Inhuma-PI.

A Assembleia Legislativa do Piauí DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Estadual a proceder Doação de Imóvel – antiga Delegacia da Polícia Civil de Inhuma - em favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), pertencente ao patrimônio público estadual da Prefeitura Municipal situada à rua Duque de Caxias, nº 846, Centro, CEP: 64535-000, município de Inhuma/PI.

Parágrafo único. A Cessão de Uso de Imóvel descrita no caput deste artigo terá prazo de duração de 10 (dez) anos prorrogável de comum acordo.

Art. 2º O imóvel objeto de doação será destinado à sede própria da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, devendo constar do Termo de Doação os seguintes encargos e ônus:

I – constará no Termo de Doação, o direito recíproco entre o doador e ao donatário na utilização dos espaços externos de acesso à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

II – vedação de desvio de finalidade, como a venda, doação, sob pena de revogação do Termo de Doação do Imóvel;

§ 1º A entidade cessionária poderá firmar parceria visando cumprir as finalidades a que se destina a cessão de uso autorizada por esta Lei;

§ 2º Fica a Secretaria de Estado da Administração autorizada a proceder as adequações necessárias à finalidade a que se destina o uso do imóvel a ser cedido;

Art. 3º As adaptações, reformas e outras benfeitorias necessárias ao funcionamento das atividades a que se destina a Cessão de Uso ficam incorporadas ao imóvel, não se constituindo em motivo gerador de indenizatória pelo cedente.

Parágrafo único. As despesas necessárias à manutenção, conservação e utilização de imóvel serão de responsabilidade da cessionária.

Art. 4º Os direitos e obrigações relativos ao imóvel cedido deverão ser objeto de termo específico de Cessão de Uso firmado entre as partes interessadas.

Art. 5º A Doação é feita em conformidade com o disposto no artigo 17 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cumpre os requisitos constantes na Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º A Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria de Estado da Administração adotarão as providências necessárias à aplicação da presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Petrônio Portela, em Teresina, 26 de novembro de 2025.


Dep. Francisco Limma

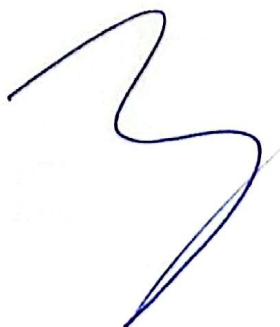
PT

JUSTIFICATIVA

Existe no município de Inhuma/PI a antiga Delegacia de Polícia Civil, situada no endereço à Rua Duque de Caxias, nº 846, Centro, CEP: 64535-000, que se encontra sem utilização pela comunidade. Ante a atual não utilização do imóvel pelo Estado e pelo risco de depredação, há a solicitação de cessão de uso do imóvel por parte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Ressalta-se que tal demanda já foi requerida administrativamente por meio do Ofício nº 471/2025/SEAD-PI/GAB/SPI/DGPAT, na data de 28 de outubro de 2025.

A referida associação já presta relevantes serviços de assistência social, abrangendo as áreas de educação, saúde, prevenção, esporte, cultura, lazer, trabalho, profissionalização e garantia de direitos, além de ações que incentivam as crianças e jovens a superarem seus limites, integrando todos à sociedade como cidadãos, estendendo apoios aos pais e amigos. Ademais, teve seu reconhecimento de utilidade pública publicado conforme Lei nº 8720/2025.

Atua há mais de 30 anos como instituição civil de caráter assistencial e sem fins lucrativos, com apoio de muitos voluntários, atendendo alunos que apresentam os mais variados graus de excepcionalidade e que, portanto, necessitam de atenção constante, tanto na parte educacional, quanto na física ou motora.



24/11/2025, 11:54

SEI/GOV.PI - 0020886923 - SEAD_OFICIO



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD-PI
DIRETORIA DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO - SEAD-PI

OFÍCIO N.º 471/2025/SEAD-PI/GAB/SPJ/DGPAT Teresina/PI, 28 de outubro de 2025

Ao Senhor Anderson Vieira da Costa
Diretor de Assuntos Jurídicos

Diretoria de Assuntos Jurídicos - DIJUR
Palácio de Karnak - Av. Antonino Freire, 1450 Centro
Teresina-PI

Assunto: Solicitação de Providências quanto à Lei de Autorização de Uso do Imóvel
Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00002.002600/2025-59.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos a presente solicitação formulada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inhumã – APAE/PI, por meio da qual se requer a doação do terreno onde funcionava a antiga Delegacia da Polícia Civil, situado à Rua Duque de Caxias, Centro, no município de Inhumã/PI, para fins de instalação da sede da referida instituição.

Solicitamos, assim, a adoção das providências cabíveis quanto à Lei de Autorização para doação do imóvel em questão.

Após buscas realizadas na base de dados desta Secretaria, verificou-se que o imóvel integra o acervo patrimonial do Estado do Piauí, estando cadastrado no Sistema de Patrimônio – SIPAT sob o nº 15956, vinculado ao Processo de Gestão de Ativos nº 00002.007697/2023-24.

Ressalta-se que o bem não está vinculado ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí, conforme o Anexo II da Lei Estadual nº 6.776/2016 e o Anexo Único da Lei Estadual nº 7.556/2021, tampouco consta no Anexo Único da Lei nº 7.239/2019 (Lei de Desafetação).

Em atendimento à diligência realizada junto à Serventia Extrajudicial de Ofício Único de Inhumã, foi apresentada certidão de inteiro teor contendo todas as averbações do imóvel matriculado sob o nº R-7992 (ID 0019618092). Conforme a averbação AVR-2-7992, o imóvel encontra-se em processo de desapropriação (Processo nº 0000056-97.2017.8.18.0054), tendo o Estado do Piauí obtido decisão judicial que concede provisoriamente a posse, aguardando o trânsito em julgado para consolidação definitiva da propriedade.

Anexamos ao presente processo os seguintes documentos:

Certidão de Inteiro Teor do Imóvel (0019618092);
Ficha Patrimonial (0018972688).

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
BÁRBARA DANTAS DE SOUSA
Diretora de Gestão de Patrimônio Imobiliário



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inhuma-PI – APAE

C.N.P. J, 41.263.468/0001-56 Fundada em 24.11.91

Conselho Municipal de Assistência Social 04/201

Utilidade Pública Municipal – Lei 570 de 11/05/1993

CNAS 28989007250/95-94

Rua: Pres. Getúlio Vargas, 674, bairro – Centro - Inhuma CEP 64.535-000

Ofício Nº 008/ 2025

Inhuma-PI, 21 de março de 2025.

Senhor Secretário de Administração do Estado do Piauí
Samuel Pontes do Nascimento

REQUERIMENTO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DE INHUMA-PI, inscrito sob o CNPJ (41.263.468/0001-56), neste ato representado pelo(a) Presidente Lucicleide Maria Ferreira de Lima, vem requerer à **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ**, a **DOAÇÃO** do imóvel:

ANTIGA DELEGACIA DA POLICIA CIVIL, (encontra-se desativado) situado à rua: Duque de Caxias, Centro , Inhuma-Pi para o funcionamento desta instituição , que vem sofrendo desde a sua fundação, por falta de espaço físico para melhor atender a demanda das Pessoas com Necessidades Especiais no nosso município, tendo em vista que este espaço atende as nossas necessidades.

LUCICLEIDE MARIA FERREIRA DE LIMA
PRSIDENTE DA APAE DE INHUMA-PI



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inhumas-PI – APAE

C.N.P. J. 41.263.468/0001-56 Fundada em 24.11.91

Conselho Municipal de Assistência Social 04/201

Utilidade Pública Municipal – Lei 570 de 11/05/1993

CNAS 28989007250/95-94

Rua: Pres. Getúlio Vargas, 674, bairro – Centro - Inhumas CEP 64.535-000

DECLARAÇÃO

LUCICLEIDE MARIA FERREIRA DE LIMA, brasileira, divorciada, professora e, portadora do CPF: 709.353.604-25, residente na Rua Pedro de Barros, no município de Inhumas-PI, presidente da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INHUMA PIAUÍ - APAE, instituição sem fins lucrativos, inscrita com o CNPJ: 41.263.468/0001-50 e situada na Rua Getúlio Vargas nº 624, em Inhumas-PI, declara para os devidos fins de direitos que se fizerem necessários que o prédio solicitado(Antiga Delegacia da Polícia Civil), encontra-se em plenas condições físicas para receber a nossa Instituição.

Inhumas (PI), 14 de abril de 2025.

LUCICLEIDE MARIA FERREIRA DE LIMA

Presidente da APAE

CPF: 709.353.604-25



**LEI Nº 8720, DE 17 DE JUNHO
DE 2025**

Reconhece de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inhuma-PI - APAE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inhuma-PI - APAE, instituição civil sem fins lucrativos, inscrita na Receita Federal com o CNPJ 41.263.468/0001-56, e situada na rua Presidente Getúlio Vargas, 674, Centro, CEP: 64.535-000, no município de Inhuma, estado do Piauí.

Art. 2º A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inhuma-PI - APAE tem como finalidades, dentre outras, promover a melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiências, prestar serviços de habilitação e reabilitação e de educação especial visando assegurar uma melhor qualidade de vida às pessoas com deficiências, incentivar a participação e integração na comunidade, estimular e participar da organização de campanhas financeiras para constituição de fundo para ajudar na manutenção das ações sociais da instituição, em conformidade com a legislação vigente no Brasil e com o seu Estatuto.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 17 de junho de 2025.

(assinado eletronicamente)

RAFAEL TAJRA FONTELES
Governador do Estado do Piauí

(assinado eletronicamente)

IVANOVICK FEITOSA DIAS PINHEIRO
Secretário de Governo

(*) Lei de autoria do Deputado Fábio Novo, PT (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07 de junho de 2000, alterada pela Lei 6.857, de 19 de julho de 2016).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL TAJRA FONTELES**, Governador do Estado do Piauí, em 20/06/2025, às 07:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **018741257** e o código CRC **FE5B105E**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00010.007200/2025-31

SEI nº 018741257



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
TRABALHISTAS**

Nome: ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INHUMA PI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 41.263.468/0001-56

Certidão nº: 20702271/2025

Expedição: 11/04/2025, às 16:36:38 Validade: 08/10/2025 - 180
(cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INHUMA PI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 41.263.468/0001-56, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria Tributária



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA
Número: 2500001037503471

CPF/CNPJ: 41.263.468/0001-56

Nome/Razão Social: *****

Ressalvados os direitos da Procuradoria Geral do Estado do Piauí de inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certifica-se que, após consulta nos sistemas e registros da Dívida Ativa do Estado, **NÃO CONSTAM** débitos inscritos em nome do sujeito passivo acima identificado.

Procuradoria Geral do Estado Procuradoria Tributária

EMITIDA VIA INTERNET EM 24/03/2025 10:32:11
VÁLIDA ATÉ 23/05/2025

Documento expedido gratuitamente.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticação no site <https://siatweb.sefaz.pi.gov.br/portal-publico/>.

Código de Autenticação: 35AF8841-4388-485E-80D7-EDDA7DB59561



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Número: 2500001027503437

CPF/CNPJ: 41.263.468/0001-56

Nome/Razão Social: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas ainda não registradas ou que venham a ser apuradas, conforme prerrogativa legal prevista no artigo 149 da Lei Federal nº 5.172/1966, certifica-se a **INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS** em nome do sujeito passivo acima identificado.

EMITIDA VIA INTERNET EM 24/03/2025 10:30:56
VÁLIDA ATÉ 23/05/2025

Documento expedido gratuitamente.

Validade deste documento: 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticação no site <https://siatweb.sefaz.pi.gov.br/portal-publico/>.

Código de Autenticação: 684338C3-4DAF-4A59-A596-065AB9120345

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 41.263.468/0001-56
Razão

ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INHUMA PI **Social:**

Endereço: RUA ANTONIO DE DEUS SN / CENTRO / INHUMA / PI / 64535-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/03/2025 a 21/04/2025

Certificação Número: 2025032301120348264387

Informação obtida em 03/04/2025 15:46:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
41.263.468/0001-56
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
14/04/1992

NOME EMPRESARIAL

ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INHUMA PI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
APAE

PORTE
DEMAIS

CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

R RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS

NÚMERO
674

COMPLEMENTO

CEP

64.535-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
INHUMA

UF
PI

ENDEREÇO ELETRÔNICO

ALCIDESBSOUSA@HOTMAIL.COM

TELEFONE

(89) 3477-2021/ (89) 9925-5150

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMA
ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Coordenação de Tributos e Fiscalização



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

REQUERENTE / INTERESSADO:

RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INHUMA PI

NOME FANTASIA:

INFORMAÇÕES GERAIS DO REQUERENTE:

CNPJ: 41.263.468/0001-56

ENDEREÇO: RUA GETULIO VARGAS, 674, CENTRO

CIDADE: INHUMA - PI CEP: 64535-000

COMPLEMENTO:

PARA TODOS OS FINS

CERTIFICAÇÃO

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados conforme estabelece parágrafo único do Art. 216, do CTM, certificamos que, verificando os registros da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, não constatamos existir pendências/débitos cadastradas em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Esta Certidão engloba pendências do próprio CPF/CNPJ ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO

Nº 100000124/2025

Documento emitido em: 13/01/2025

Válido em 180 dias, data início 13/01/2025, data fim 12/07/2025

Maria Cristiane de O. Pinheiro
Coord. do Setor de Cadastro,
Arrecadação e Fiscalização
CPF: 046.110.243-52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INHUMA PI
CNPJ: 41.263.468/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:41:01 do dia 23/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/04/2025.

Código de controle da certidão: **3352.F5CD.4418.78CD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.